



O ARAUTO

Porto Feliz, abril de 2023 - Ano 3 Edição 35

NOTÍCIAS POPULARES

Vereador solicita que Prefeitura elabore reestruturação da GCM de acordo com a legislação vigente



Foto: Divulgação

No ano passado, a Associação dos Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil) esteve em Porto Feliz para propor a criação do Plano Municipal de Segurança. A entidade explicou também que as adequações e reestruturações possibilitam captar dinheiro em diversas fontes de recursos. “Muitos municípios não sabem disso. A cidade se alinhando a lei 13.022, fazendo o cadastro da GCM no Ministério da Justiça, com toda documentação em dia, guardas treinados, plano de carreira alinhada como a lei exige, a cidade estará apta para receber prêmios e verbas internacionais, captar recursos do Fundo da Justiça Criminal, Fundo de Defesa de Direitos Difusos, entre outras várias fontes de recursos”. disse à época o representante dos Guardas. **Confira reportagem completa na página 5.**

Jovem de Porto Feliz faz vaquinha para realizar sonho - Pág.: 8

Conheça as medidas de segurança adotadas pela secretaria de Educação nas escolas - Pág.: 5

CIDADÃO SOROCABANO

Foto: Arquivo pessoal



O coronel da Polícia Militar Edson Simeira recebeu uma homenagem na noite desta terça-feira (25) na Câmara Municipal. Além dele, outros três oficiais da PM também foram homenageados, os coronéis Sidney Gomes, Hugo Santos e Aleksander Lacerda. Eles receberam Título de Cidadania por iniciativa de Fernando Dini (MDB). O vereador justificou a homenagem dizendo que os coronéis PM “muito contribuíram para a segurança pública no Estado de São Paulo, especialmente na Região Metropolitana de Sorocaba, sendo merecedores do reconhecimento público por parte do Parlamento sorocabano”. Porto-felicense, coronel Simeira é atualmente o corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O vereador Dini destacou o trabalho do cel. Simeira no comando do Policiamento do Interior-7 (CPI-7). No CPI-7, ele foi responsável pela Polícia Militar em 78 municípios, entre eles os 27 que formam a Região Metropolitana de Sorocaba, “realizando um importantíssimo trabalho em prol da segurança e do bem-estar da população”, disse Dini.

Nova Lei

Lei sobre alinhamento e retirada de fios soltos em postes de energia aguarda regulamentação e vereador faz pedido à Prefeitura

O vereador Luís Diniz protocolou uma indicação solicitando a regulamentação da lei

O vereador Luís Henrique de Oliveira Diniz (Dr. Luís Diniz/União Brasil) protocolou nesta sexta-feira (28 de abril) uma indicação solicitando que a Prefeitura regulamente a lei 5.880/2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de alinhamento e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes, fixados em postes de energia elétrica.

A lei aprovada

De autoria do vereador Dr. Luís Diniz, o projeto de lei, aprovado em março, determina que as empresas e concessionárias que operem com cabeamento aéreo no município seja obrigadas a realizar o alinhamento e a retirada dos fios, cabos e demais equipamentos fixados em postes, que não tenham mais utilidade ou estejam em mau estado de conservação. O projeto estabelece ainda que o não cumprimento acarretará à

empresa infratora multa no valor de mil reais por ocorrência, reajustada anualmente, pelo índice adotado pelo Executivo Municipal.

Perigoso

“Em cada rua que você passa, em todo lugar que você passa, a gente vê esses fios soltos que a CPFL deixa, que a NET e a Claro deixam essa visão horrível. Inclusive, um grupo de motoboys veio aqui reclamar que estava perigoso. Esse projeto nada mais é do que legislar, normatizar dentro do município essa questão para que a Prefeitura possa fiscalizar e autuar a CPFL e demais concessionárias para que conserte e arrume essa fiação que fica solta na nossa cidade”, disse o vereador Dr. Luís Diniz.

Indicação

Após a aprovação da lei, a Prefeitura deve criar um setor responsável pela

fiscalização e aplicação da lei. A indicação do vereador pede que a Prefeitura, junto ao setor responsável, “proceda com a devida regulamentação da lei”. Também segundo o vereador Dr. Luís Diniz, “diversos municípios têm procurado seu gabinete a fim de obter informações a respeito da aplicabilidade da lei, e a devida regulamentação e efetividade na fiscalização, para esclarecer qual será a Secretaria Municipal competente pela verificação e posterior aplicação de penalidades aos responsáveis”.

Aplicação da lei

O vereador finaliza o texto da indicação pedindo que a Prefeitura indique “os meios de comunicação para reclamação sobre fios soltos em postes e a abertura de um protocolo para que os municípios saibam como proceder com as reclamações”.



Fotos: Divulgação

“Em cada rua que você passa, em todo lugar que você passa, a gente vê esses fios soltos que a CPFL deixa, que a NET e a Claro deixam essa visão horrível. Inclusive, um grupo de motoboys veio aqui reclamar que estava perigoso. Esse projeto nada mais é do que legislar, normatizar dentro do município essa questão para que a Prefeitura possa fiscalizar e autuar a CPFL e demais concessionárias para que conserte e arrume essa fiação que fica solta na nossa cidade



CARICATURAS
CASAMENTO * ANIVERSÁRIO * EVENTOS

Sidnei Martins
15 997088541
E-mail: studioa.brindes@gmail.com

O time de basquete de Porto Feliz sub-17 entra em quadra neste domingo (30 de abril), às 15h30, contra Santana de Parnaíba. A partida será realizada na quadra da EMEF. Zilda Tomé de Moraes, localizada na rua Sebastião Xavier, S/N – Cidade Jardim. A entrada para o público é gratuita.

Colunistas

A construção de um herói

POR
ELTON FERREIRA



Joaquim José da Silva Xavier é um nome conhecido pelo leitor? O mês de abril tem uma data dedicada exclusivamente a ele e desde o ano de 1890 ela é comemorada com um feriado. No dia 21 de abril rememora-se a existência e possíveis feitos de Tiradentes, que é a alcunha de Joaquim José da Silva Xavier.

Talvez o leitor tenha gravado na memória alguma imagem desse sujeito que ganhou projeção na história nacional. Caso não tenha encontrado de imediato uma lembrança de Tiradentes, apresento a seguir uma que ganhou destaque: “Barba e cabelos longos, ar sereno, olhar no infinito, era a própria imagem de Cristo”. Essa descrição foi feita pelo historiador José Murilo de Carvalho, no livro “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”, ao analisar a litogravura distribuída pelo pintor Décio Villares durante o desfile comemorativo a Tiradentes em 1890.

Ocorria, naquele período os primórdios da República brasileira, em substituição ao regime monárquico que perdurou de 1822 a 1889 e que esteve sob controle dos descendentes da Família Real portuguesa, D. Pedro I e D. Pedro II. O advento do período republicano não contou com a participação do povo brasileiro. Chefiado por militares apoiados por outras camadas da elite econômica do país, o novo regime político não apresentava legitimidade

perante a maior parte dos brasileiros. Esse contexto impôs a tarefa de criar uma identidade entre a população e o governo republicano.

O obstáculo era fazer com que a República fosse identificada como a melhor forma administrativa pela maioria das pessoas. Para isso, recorreu-se ao artifício da criação de heróis. Essa empreitada considerou vários nomes, como o dos primeiros presidentes, Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. Contudo, suas figuras não encontraram espaço na simbologia necessária para a construção de um herói. Não se impuseram como o resultado de uma aspiração coletiva.

Tiradentes, no entanto, se apresentava como um candidato de alto nível para cumprir o posto no panteão nacional. Apesar da sua associação a Cristo, como no exemplo da citada litogravura, não existia qualquer imagem do próprio Tiradentes, realizada quando ele estava vivo. Isso deu margem para que as suas representações pudessem ser sacralizadas sem receber qualquer questionamento.

José Murilo de Carvalho ainda argumenta que Tiradentes apresentava todas as prerrogativas para se estabelecer como herói nacional e ser o elo entre a população brasileira e o novo regime político. Alcançou o posto de “mártir ideal” em decorrência de não ter derramado sangue do inimigo. Sua figura poderia ser relacionada à independência do país, à abolição da escravidão e à própria república, de acordo com as interpretações possíveis acerca do movimento da Inconfidência Mineira.

Eu e o Autismo

POR
DANIEL BALTHAZAR



O mês de abril está chegando ao fim, mas a campanha Abril Azul ainda precisa ser lembrada. A Organização das Nações Unidas estabeleceu este mês para conscientizar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição que afeta muitas pessoas ao redor do mundo.

Confesso que até um tempo atrás, eu não sabia praticamente nada sobre este assunto. Foi apenas quando tivemos diagnósticos de TEA em nossa família, então comecei a descobrir mais sobre este mundo. Acredito que através do conhecimento que adquirimos, nos tornamos pessoas melhores e mais empáticas.

Descobri que Autismo não se pega, não é contagioso, não existe meio autista, não é uma doença, mas sim um espectro. Mas afinal, o que é esse espectro?

ESPECTRO é uma condição ampla, por isso se define que nenhum autista é igual a outro. Cada um tem suas particularidades e características próprias.

Mas quem é igual a outro? Somos todos únicos! E o autismo me fez entender ainda mais sobre isso. O quanto somos singulares e que podemos abraçar sem abraçar, podemos demonstrar carinho de muitas formas, inclusive sem palavras às vezes.

Todos nós temos crises, mas elas são diferentes em cada um de nós. E aprender

essas diferenças para conviver com as pessoas em uma sociedade nos torna melhores como seres humanos.

Fico a pensar quantas pessoas da minha geração, dos anos 80, sofreram e tiveram dificuldades. Recordo-me de amiguinhos da época escolar que hoje sei que deveriam ter TEA. Então me entristeço por eles, pois não tínhamos tantas informações na época e penso quantas lutas passaram sozinhos. Porém, por outro lado, me alegro, pois hoje temos essas informações e estamos engajando para que todos tenham uma vida plena em todos os sentidos.

Acredito que estamos melhorando este mundo, e que a conscientização sobre o TEA é uma das chaves para isso. A você, caro leitor, desejo que considere conhecer mais sobre o TEA, assim como outras condições relacionadas. E a você que, assim como eu, tem alguém em sua família, deixo aqui um grande abraço, pois sei que você está evoluindo como pessoa e aprendendo muito com essas pessoas iluminadas que nos cercam.

Deus abençoe todos aqueles que lutam diariamente contra o preconceito e a ignorância sobre o TEA. Feliz Abril Azul.

Pr Daniel Balthazar é Teólogo, Escritor, Prof Teológico e Pr. Auxiliar na Comunidade Vida em Cristo

Colunistas

Propaganda enganosa e a força obrigatória da oferta

POR
JULIANA VALAITIS
DE CARVALHO



É prática corriqueira nas relações de consumo o uso da denominada “propaganda enganosa”, que possui o intuito de o fornecedor atrair a atenção do consumidor e auferir vantagem.

Nesse cenário, o consumidor que não se atenta aos preços dos produtos e serviços, caso não conheça seus direitos, pode ser lesado.

Entende-se por publicidade enganosa qualquer informação capaz de induzir em erro o consumidor a respeito de quaisquer dados sobre produtos e/ou serviços.

O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, expressamente proíbe “toda publicidade enganosa ou abusiva” e obriga o fornecedor, que a veicular, ao cumprimento da oferta, em seus exatos termos, sob pena de infração penal.

Nos termos do artigo 37 do diploma consumerista: É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

E é abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja

capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

No caso de recusa do fornecedor ao cumprimento da oferta, o consumidor deve adotar a seguinte e primordial medida: exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade. De forma alternativa, pode também aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente; ou rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Persistindo a recusa ao cumprimento da oferta veiculada, pode o consumidor, antes de ingressar na Justiça, registrar uma reclamação perante a plataforma digital “consumidor.gov.br”, serviço público e gratuito que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução alternativa de conflitos de consumo pela internet. Além disso, e sem prejuízo, também é possível registrar uma reclamação perante o órgão de defesa do consumidor da sua cidade, como o Procon.

Por fim, vale mencionar que, caso não haja a solução da questão pela via administrativa, é cabível ação judicial, inclusive, com pedido de indenização por danos morais em razão dos transtornos e dissabores enfrentados pelo consumidor.

Dra. Juliana, é Advogada, especialista em Direito Corporativo e Compliance, e Direito Processual Civil, pela Escola Paulista de Direito; graduada pela Puc-Campinas

Cartório de Registro Civil

Caros leitores, Nesta coluna nos encontraremos para conversar sobre o REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, o Cartório da Cidadania, o “Cartório de Casamentos”, segundo a população, ou melhor, o Cartório que registra todos os momentos especiais da sua vida.

Vamos iniciar este bate papo noticiando os 50 anos da Lei de Registros Públicos.

A lei que regulamenta o funcionamento e operação de todos os Cartórios e dos registros é a Lei 6015/73 que este ano completa 50 anos.

No fim do ano passado esta lei recebeu uma grande atualização por meio da Lei 14382/22 que modernizou e simplificou os Registros e colocou de vez os Cartórios na era digital.

Esta lei também regulamentou os atos eletrônicos, adaptando os serviços registrais a novas tecnologias e demandas da sociedade, permitindo uma experiência ao usuário dos registros públicos de forma segura e eficiente.

As Unidades Interligadas nas Maternidades que eram regulamentadas por Provimentos vieram previstas na lei (Porto Feliz saiu na frente, porque a nossa foi instalada em 09/2021), trata-se poderoso instrumento de acessibilidade e combate à falta de registro de nascimento em nosso país, razão pela qual devem ser incentivadas a fim de possibilitar o registro de forma célere e eficiente.

Esta atualização trouxe muitas novidades para o Registro Civil, sobre as quais conversaremos regularmente aqui.

A nova legislação priorizou a relevância do nome civil como elemento identificador da

pessoa e atributo indissociável de sua personalidade, promovendo a desjudicialização de procedimentos em prol da realização de alterações e mudanças diretamente na esfera extrajudicial. Fique atento que vamos lhe contar como funciona agora!

Você sabia que se registrar hoje o seu filho e depois em casa houver divergência sobre o prenome escolhido, num prazo de 15 dias os pais podem, em comum acordo, mudar o nome do bebê?

Outra importante inovação trazida pela nova legislação é a possibilidade de a própria pessoa requerer, após atingir a maioria civil, a alteração de seu prenome, sem a necessidade de motivá-la e sem a necessidade de intervenção judicial ou de parecer do Ministério Público. Antes desta alteração, fora das hipóteses previstas, era necessário ingressar com ação judicial para que a alteração de prenome fosse possível, ainda que se tratasse de situações vexatórias ou de constrangimento pessoal.

Fique ligado, na próxima coluna vamos explicar direitinho como você pode mudar seu nome!

Abraço.

Jane Maria Sibaldelli Romantini, é bacharel em Direito pela PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pós Graduada em Direito Público pela Faculdade Damásio de Jesus – SP, Registradora Civil de Porto Feliz, recebeu delegação por meio do 4º Concurso Público Extrajudicial do Estado de São Paulo em 2007

Restruturação da GCM

Prefeito solicita retirada do projeto de criação das Guardas Especiais e vereadores aprovam por unanimidade

Após a retirada do Projeto pelo Executivo, o vereador Luís Henrique Diniz solicitou que a Prefeitura elabore uma reestruturação da GCM de acordo com a legislação vigente

A Câmara Municipal rejeitou o projeto lei complementar 2/2023 por seis votos contra cinco. Após a votação contrária, a Prefeitura decidiu retirar o projeto para alterações. O projeto, proposto pela Prefeitura, cria equipes especializadas na Guarda Civil Municipal (GCM) e garante uma gratificação mensal de 45% no salário. A matéria, votada em abril, criou uma divisão entre os GCMs. De acordo com os GCMs de área — não contemplados com a gratificação —, o ganho não atinge a grande maioria dos GCMs e não define de forma clara como fazer parte das equipes especializadas.

O projeto

O projeto cria o Grupamento de Operações com Cães (GOC), a Ronda Tática com Apoio de Motocicletas (Rotam), o Grupamento de Patrulhamento Ambiental e Rural (GPARG), a Ronda Ostensiva Municipal (Romu). Os GCMs especializados têm gratificação mensal de 45%, diz a proposta.

Nada muda

De acordo com a GCM, enquanto um novo projeto não é enviado à Câmara, nada muda na atuação da guarda



Foto: Divulgação

Durante a votação do projeto, diversos GCMs acompanharam a sessão ordinária

municipal. Segundo eles, todas as equipes especializadas seguem com o trabalho normalmente, inclusive o patrulhamento rural.

Em defesa dos GCMs de área — não especializados —, falou o GCM Cláudio de Freitas. Para ele, a gratificação de 45% apenas para uma parte da corporação divide a GCM. “Acaba o patrulhamento na área rural se não tiver o adicional só para um uma turma? Não! Se não tiver não acaba também”, disse o GCM no plenário da Câmara.

Restruturação da GCM

Para o vereador Luís Hen-

rique Diniz (Dr. Diniz/União Brasil) o melhor seria a Prefeitura elaborar uma reestruturação da GCM, adequando a legislação municipal com o Estatuto Geral das Guardas (Lei federal 13.022/2014) e com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Outro passo importante seria a criação do Plano Municipal de Segurança Pública. “Esperamos que o nosso prefeito aproveite para rever a questão da Guarda Municipal em conjunto com todos. Para que todos possam opinar, para que essa gratificação se estenda a todos de uma forma mais técnica”, disse o vereador Dr.

Luís Diniz.

Alerta

No ano passado, a Associação dos Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil) esteve em Porto Feliz para propor a criação do Plano Municipal de Segurança. A entidade explicou também que as adequações e reestruturações possibilitam captar dinheiro em diversas fontes de recursos. “Muitos municípios não sabem disso. A cidade se alinhando a lei 13.022, fazendo o cadastro da GCM no Ministério da Justiça, com toda documentação em dia, guardas treinados, plano de

carreira alinhada como a lei exige, a cidade estará apta para receber prêmios e verbas internacionais, captar recursos do Fundo da Justiça Criminal, Fundo de Defesa de Direitos Difusos, entre outras várias fontes de recursos. Tem muito dinheiro para captar diretamente para a Segurança Pública da cidade. Será que o prefeito sabe disse?”, conclui à época o representante.

Unanime

A solicitação do Prefeito para a retirada do projeto foi aprovada por unanimidade e, conseqüentemente, o projeto foi arquivado.

SEGURANÇA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS - A Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Segurança Pública lançaram em abril o programa “Escola em Segurança”. Com esse programa, foram definidas quatro importantes ações para ampliar ainda mais a segurança nas escolas municipais. Entre as ações estão a implantação do Botão do Pânico para as Escolas. Todas as unidades escolares serão cadastradas através de um aplicativo no celular. Caso o botão seja acionado, a Guarda Civil Municipal (GCM) recebe imediatamente um alerta na Central de Segurança Integrada (CSI) com a exata localização do chamado para um atendimento imediato. Também será realizada a contratação de empresa especializada para o controle de acesso para todas unidades de ensino da rede municipal. As ações finalizam com a intensificação da Ronda Escolar, estabelecendo patrulhamento da GCM dentro das escolas, com assinatura de livro controle; e aplicação de treinamentos e orientações a diretores, professores e profissionais da rede de educação, por profissionais de segurança pública (GCM, Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros) com foco na segurança no ambiente escolar.

Câmara Municipal

Vereadores aprovam auxílio-alimentação para os Conselheiros Tutelares da cidade

Segundo a Prefeitura, a mudança visa “possibilitar um maior número de interessados concorrentes ao conselho tutelar do município”

A Câmara aprovou em abril o projeto que altera uma lei de 2020 sobre o Conselho Tutelar. A mudança visa dar aos conselheiros o direito de receber auxílio-alimentação, reduz o grau de escolaridade exigido para o cargo e exclui limite de idade. Segundo a Prefeitura, a mudança visa “possibilitar um maior número de interessados concorrentes ao conselho tutelar do município”.

Com a mudança, somente poderão concorrer à eleição os candidatos com idoneidade moral comprovada, idade superior a 21 anos, ter residência no município há mais de cinco anos, ter concluído o ensino médio, estar no gozo dos direitos políticos e ter experiência anterior comprovada de tratos socioeducativos com crianças, adolescentes e famílias.

O projeto destaca também os direitos dos futuros conselheiros tutelares. De acordo com o artigo 33 do projeto, os conselheiros te-



Foto: Câmara Municipal

rão direito ao recebimento de 13º salário, trinta dias de férias remuneradas e licenças maternidade ou paternidade. “Sempre observados os moldes da legislação vigente ao funcionalismo público”, diz o texto da matéria.

Além prever férias e licença, o projeto diz que nos afastamentos decorrentes de férias, licença saúde, suspensão ou exoneração, o conselheiro “será substituído por suplente. O suplente empossado como conselheiro receberá a remuneração decorrente do exercício do cargo, quando substituir o titular”, segundo o texto.

O projeto destaca também que, por tratar-se de função relevante, o conselheiro não poderá requerer afastamento temporário da função, mesmo sem remuneração, exceto por licença saúde ou férias. “O desempenho da função de conselheiro não gera vínculo trabalhista com a Administração Pública Municipal, nem tampouco direito à inclusão no sistema de previdência dos servidores públicos, nem às demais vantagens previstas no Estatuto do Servidor Público do Município”, completa o texto do projeto.

Segundo a justificativa

que acompanha o projeto, “as medidas propostas visam conceder o direito ao recebimento de auxílio-alimentação igual ao concedido aos funcionários públicos, bem como alterar o grau de escolaridade de nível superior para nível médio e exclusão do limite de idade de 60 anos. Tais medidas têm por escopo possibilitar um maior número de interessados concorrentes ao Conselho Tutelar do município, o que já foi sugerido pelo Promotor de Justiça da comarca.”

O projeto foi aprovado por unanimidade pela Câmara em única discussão.

REAJUSTES - Outros projetos discutidos nas sessões ordinárias de abril reajustam os salários e auxílio-alimentação dos servidores públicos municipais. Todos foram aprovados por unanimidade. O auxílio-alimentação de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas passou para R\$ 750 a partir de 1º de abril. PortoPrev e SAAE estão incluídos. Os funcionários da Câmara ganharam 15% de reajuste com efeito retroativo a 1º de janeiro. O auxílio-alimentação na Câmara também passou para R\$ 750.

NOME DE RUA - A Câmara aprovou também o projeto de lei 7/2023. De autoria do vereador Luís Henrique de Oliveira Diniz (Dr. Diniz/União Brasil), o projeto diz que a atual Rua 8 do condomínio Portal Ville Flamboyant, fica denominada rua Vanda Maria Martorano Prestes. O projeto foi aprovado por unanimidade em única discussão.

PROTESTO ALUNOS - O Novo Ensino Médio entrou em vigor em 2022 com mudanças na grade curricular, carga horária e oferta de disciplinas optativas nas escolas de todo o País. Alunos, pais e representantes do sindicato dos professores fizeram um protesto em Porto Feliz contra as mudanças. Na noite da segunda-feira (17), uma passeata começou às 18h, em frente à escola estadual Monsenhor Seckler e seguiu pelas ruas centrais em direção à Câmara Municipal. O Novo Ensino Médio é uma reforma na grade curricular aprovada durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). À época, a aprovação da lei 13.415/2017 alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino. Além da ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais, o novo sistema define uma organização curricular mais flexível e adota uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece um currículo comum obrigatório para todos os estudantes e os itinerários formativos. Com o novo sistema, a carga horária será ampliada de 2.400 horas para 3.000 horas. Desse total, 1.800 horas serão usadas para as aprendizagens comuns e obrigatórias estabelecidas pela BNCC, e as outras 1.200 horas serão destinadas ao itinerário formativo. Organizada por quatro áreas de conhecimento, a Base Comum Curricular consta de Matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas tecnologias, sendo português e matemática e inglês as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos.

NOME RUA II - A Câmara aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 5/2023, de autoria da vereadora Lúcia de Fátima Caballero. Através do projeto, a atual rua 2 do Condomínio Portal Ville Flamboyant, fica denominada rua Guiomar Botelho Molena.

Esporte, Cultura e Educação

Taça João Rubini começa dia 14 maio

A competição contará com a participação de onze equipes que foram divididas em três grupos

Na noite de segunda-feira (24) a Prefeitura de Porto Feliz realizou, no auditório do Sindicato dos Empregados do Comércio (Secom), o Conselho Técnico da terceira edição da Taça João Rubini de Futebol Veterano – Categoria Quarentão.

Durante o evento, a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo apresentou aos diretores dos clubes o regulamento da competição e, logo após, realizou o sorteio dos grupos e os locais das partidas da primeira fase da competição.

A Taça João Rubini este ano contará com a participação de onze equipes que foram divididas em três grupos através de sorteio.

De acordo com o regulamento aprovado pelos participantes, na primeira fase as equipes se enfrentam dentro dos seus respectivos grupos em turno único. As duas melhores equipes de cada grupo se classificam para a 2ª fase da competição.

Na segunda fase os seis times classificados serão divididos, por sorteio, em dois grupos. As duas melhores equipes de cada grupo avançam para a fase semifinal.

Tanto a semifinal quanto a final serão disputadas em jogo único. Em caso de empate a decisão será nos



Foto: Divulgação

pênaltis.

No Grupo A estão os times do União, Strikers, Associação Atlética Portofelicense e Divino. O Grupo B conta com os times do Tabarro, Clube Atlético Portofelicense, Estrela de Ouro e Ararita. Já o Grupo C é composto por Santa Cruz/Tabarro Veterano, Campos e América.

A 3ª Taça João Rubini terá início no dia 14 de maio e é uma realização da Prefeitura de Porto Feliz com apoio do Secom.

Também durante o evento foi divulgado os jogos da primeira rodada da Taça João Rubini. Pelo grupo A, no domingo 14 de maio, às 8h45, tem a disputa entre União x Strikers. Às 10h30 a AAP enfrenta o Divino. Ambos os jogos serão disputados no campo da AAP.

No mesmo dia, no cam-

po do Ararita, os times do grupo B também iniciam a disputa. Às 8h45, o Tabarro joga contra o Clube Atlético Portofelicense. Na sequência, às 10h30, o Estrela de Ouro enfrenta o Ararita.

O domingo termina com os jogos do grupo C. No campo do América, às 8h45, o Santa Cruz/Tabarro Veterano enfrenta o time do Campos.

A 3ª Taça João Rubini terá início no dia 14 de maio e é uma realização da Prefeitura de Porto Feliz com apoio do Secom.

No ano passado, em jogo disputado no estádio Dr. Julien Fouque, a Associação Atlética Portofelicense bateu o Tabarro pelo placar de 3 a 0 e sagrou-se campeão da 2ª edição da Taça João Rubini de Futebol Veterano.

CONSCIENTIZAÇÃO - O Grupo de Apoio ao Autismo de Porto Feliz (GAAP) promoveu no domingo (16 abril) a 2ª Caminhada pela Conscientização do Autismo. Os participantes saíram da praça Lauro Maurino (de frente da Câmara) e desceram rumo ao Centro levando a mensagem da inclusão com lema “Lugar de autista é em todo lugar”

ENCONTRO MUSICAL - A Corporação Musical Bandeirantes Portofelicense representou o a cidade no 1º Encontro de Bandas de Anhembi (SP). O evento fez parte da programação oficial de aniversário de Anhembi e contou com a participação de bandas de toda a região.

Participaram do Encontro a Banda Municipal Nossa Senhora da Piedade de Bofete, Banda Musical Bodo Batista de Guareí, Banda Municipal Maestro Pingo de Porangaba, Banda Musical 10 de Outubro de Laranjal Paulista, Corporação Musical Imaculada da Conceição de Itapeverica da Serra, Corporação Musical Lira Santa Cecilia de Pereiras, Banda Filarmônica de Tietê e Corporação Musical Bandeirantes de Porto Feliz. A Bandeirantes foi fundada há 90 anos.

ESCOLAS ESTADUAIS - O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou a contratação de 550 psicólogos e 1.000 seguranças privados para atuar nas escolas estaduais, um investimento de R\$ 240 milhões. Também será aplicado o número de professores com horas exclusivas para lidar com questões de convivência e atualização da Plataforma Conviva – Placon, local para registro de ocorrências escolares na rede estadual de ensino. “As medidas são resultado de uma ampla pesquisa que fizemos com os profissionais da educação, em uma construção conjunta para a definição de estratégias que contribuam para um melhor ambiente escolar”, disse o governador. Uma outra iniciativa é a criação do programa Segurança Escolar, que vai colocar de forma permanente um policial em cada escola. A ideia é recontratar os agentes de segurança já aposentados para assumir a função de gestores do programa. A Secretaria de Segurança Pública do Estado já elaborou o plano. Agora, um projeto de lei será apresentado para a Assembleia Legislativa do Estado para que esse tipo de contratação seja permitida.

AMISTOSO - No dia 7 de maio os veteranos do Esporte Clube União receberão a visita do Máster do Corinthians. A partida amistosa será disputada no tradicional estádio Dr. José Esmélio Paes de Almeida — o popular JEPA. Será uma oportunidade para os esportistas da cidade ver ou rever alguns dos maiores craques do futebol como Dagoberto, Nenê, Batata, Wladimir, Ezequiel, Carlinhos Graúna, Ataliba, Nilson, Fininho, Zenon, João Paulo, Gino, Guina, Pingo, Guinei, Roger, Guerreiro, Ailton, Dinei, Biro Biro. O protagonista do primeiro título brasileiro do Timão (1990), Neto, também deverá participar do amistoso, que terá início às 10h. Os ingressos são limitados.

Notas da cidade

Alunos da Escola de Música prestigiam Banda Sinfônica

Os alunos conheceram a estrutura do Conservatório de Tatuí, umas das maiores instituições do Brasil



Fotos: Divulgação



Na quarta-feira (26 de abril) alunos da Escola Municipal de Música “Romário Antônio Barbosa” estiveram no Teatro Procópio Ferreira, em Tatuí prestigiar o concerto da Banda Sinfônica do Conservatório de Tatuí. A iniciativa permitiu ao grupo de 20 alunos vivenciar uma experiência musical em um ambiente externo ao da escola, ouvindo músicas não comerciais e conhecendo instrumentos que não são tão comuns, como por exemplo a Marimba, o Oboé e o Clarone. Além dos instrumentos, os alunos da Escola Romário também conheceram a estrutura do Conservatório de Tatuí, umas das maiores instituições de ensino musical do Brasil.

ME AJUDA COM ESTE SONHO?

VAQUINHA SOLIDÁRIA

Arrecadando fundos para cobrir a inscrição no concurso de beleza 'Miss Universe São Paulo' representando minha cidade Natal, Porto Feliz. O evento acontecerá em Junho, na cidade de Ribeirão Preto.

VALOR DA INSCRIÇÃO:
R\$ 5.000,00



A jovem Marceli Barbieri, 21 anos, está realizando uma vaquinha solidária para arrecadar fundos para poder pagar a inscrição do concurso de beleza “Miss Universe São Paulo”, como representante de Porto Feliz. Na publicação em sua rede social a jovem escreveu: “Eu me chamo Marceli, tenho 21 anos e sempre tive um olhar apaixonado pelas passarelas. Tive a oportunidade de participar de diversos concursos de beleza e chegar a lugares que nunca imaginei. Neste ano de 2023, fui convidada a participar da seletiva do Miss Universe São Paulo representando minha querida cidade, Porto Feliz. Com muita alegria fui selecionada para a próxima etapa, porém, o custo da inscrição para o concurso é elevado e eu gostaria muito da sua ajuda para ir em busca de mais este sonho!”. O evento acontecerá em junho deste ano, na cidade de Ribeirão Preto, e tem o calor da inscrição de R\$ 5 mil. A contribuição pode ser feita diretamente pela chave PIX 3674057@vakinha.com.br ou pelo link <https://www.vakinha.com.br/3674057>

No final do mês de abril, guardas municipais de Porto Feliz realizaram um curso de aprimoramento técnico no Clube de Tiro Base Armalite. O treinamento foi desenvolvido com conteúdo exclusivo para os Guardas Civis Municipais, e teve como objetivo aprimorar os conhecimentos sobre técnicas e armamentos, garantindo a atualização, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de técnicas e formas de atuação junto à população e aos demais membros da instituição. Durante a qualificação, os GCMs receberam instruções sobre técnicas de retenção e contra retenção, manuseio de arma longa, manuseio de arma curta e primeiros socorros, além de simulações de situações reais de risco com utilização de tiro real.



No início de abril foi realizada a cerimônia de inauguração do primeiro Centro Infantil Especializado Municipal (CIEM). O local terá como objetivo o atendimento especializado para crianças com TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) da rede municipal de ensino. O projeto conta com o apoio do Instituto Justiça. Além de oferecer um espaço adequado e uma equipe treinada para garantir um maior desenvolvimento das suas potencialidades e inclusão social.